REDAÇÃO FINAL DO SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI Nº 7.225-A, DE 2006,

DO SENADO FEDERAL

(PLS Nº 136/2006 na Casa de origem)

Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 7.225, de 2006, do Senado Federal (PLS Nº 136/2006 na Casa de origem), que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para prever como falta disciplinar grave a utilização de telefone celular pelo preso.

Dê-se ao Projeto a seguinte redação:

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para prever como falta disciplinar grave a utilização de telefone celular pelo preso.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

		Ar	t.	1º	0	s a	rts	•	50	е	87	da	Lei	n٥	7.2	210	,	de	11
de	julho	de	19	84	-	Le:	i de	9	Exe	cu	ção	Pen	al,	pass	sam	a	vi	.gor	ar
CON	n a seg	guir	ıte	re	da	ção	:												

	"Art. 5	0	••••	• • • • • •	• • • • • • • •	• •
• • • • • • • • •	• • • • • • •	• • • • • •	• • • • •	• • • • • • •	• • • • • • • •	• •
	VII -	ter em	sua	posse,	utilizar	ou
fornecer a	aparelho	telefô	nico,	de radi	locomunica	ıção
e todo e	qualque	meio (de cor	nunicaçã	io eletrôr	ico
ou simila:	r.					
• • • • • • • • •	• • • • • • •	• • • • • •	• • • •	• • • • • •	"(1	IR)
	"Art. 8	7		• • • • • •	• • • • • • • •	
		1 ~	_			

§ 1º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios poderão construir estabelecimentos prisionais destinados exclusivamente aos presos provisórios e condenados que estejam em regime fechado, sujeitos ao regime disciplinar diferenciado nos termos do art. 52 desta Lei.

§ 2º É vedado o uso de qualquer aparelho telefônico de radiocomunicação e todo e qualquer meio de comunicação eletrônico ou similar pelo preso em penitenciárias administradas pela União, pelos Estados ou pelo Distrito Federal."(NR)

Art. 2º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 350-A:

"Art. 350-A Omitir-se o Diretor de Penitenciária e/ou agente público, em seu dever de vedar ao preso o acesso a qualquer aparelho telefônico ou de radiocomunicação e todo e qualquer meio de comunicação eletrônico ou similar, sem prejuízo das sanções administrativas previstas:

Pena: detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14 de fevereiro de 2007.

Relator